Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

Serviço de Notícias - Agência INFRA
Brasília, "2ª-FEIRA"-02 de outubro de "2022"
Resumo das informações publicadas entre 26 e 30 de setembro pela Agência INFRA

OIA, "2ºFEIRA"!! Confiança nossa Cobertura Especial das Eleições 2022 saiba mais.
Nesta edição do Resumo da Semana: Relicitação Criticada | BR163/Aeroporto Curto-Circuito | INFRA Nas Eleições | Secretaria da FCA | Concessão de Itajaí | Buco de Demanda | INFRADebate
Para conhecer nosso Serviço de Notícias Diário para Assinantes, saiba mais.

MINISTROS DO TCU CRITICAM RELICITAÇÃO AO APROVAREM REEQUILÍBRIO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA

Dimmi Amora, da Agência INFRA
Os ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) uniram-se para criticar o modelo de relicitação de contratos de concessão de infraestrutura, aprovado com a Lei 13.448/2017, dizendo que ele "não funciona" e que "precisará ser revisto".
As críticas foram feitas na sessão da última quarta-feira (28) durante o processo que aprovou uma proposta do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) para que seja possível uma empresa pública do governo do Mato Grosso assumir a concessão da BR-163/MT, que é do governo federal.
Conforme adiantou a **Agência INFRA** na edição de quarta-feira, a MTPar, pública, vai assumir a concessão no lugar da CRO (Concessionária Rota de Oeste), ganhando um prazo maior para fazer as obras atrasadas, o que, na prática, é um reequilíbrio de contrato.
A Lei de Relicitação foi criada em 2017 depois que o Congresso Nacional rejeitou a Medida Provisória 800, que buscava dar maior segurança jurídica para os reequilíbrios de contratos de concessão nos casos em que as concessionárias passam por problemas para a execução. Uma das reisidências a esse tipo de solução vinha do próprio TCU.
Mais de cinco anos depois da a lei de relicitação ser aprovada, quase uma dezena de projetos de rodovias e aeroportos que entraram com pedido para que suas concessões sejam assumidas por outras empresas e elas possam sair antes do fim do contrato e receber pelos investimentos não amortizados realizados ainda sague sem ser licitada.
O mais adiantado processo, o da relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), está no TCU há mais de um ano em análise. O relator, ministro Aroldo Cedraz, presente à sessão de quarta-feira, não pauta a proposta técnica que foi enviada no semestre passado. Há uma divergência sobre se a indenização pelos ativos não amortizados deve estar calculada antes de o processo ser levado à leilão.
Caso de estudo
Cedraz foi um dos que criticou o modelo da relicitação, mas sem ser específico sobre algum dos temas. O ministro Benjamin Zymler foi mais específico e disse que o caso do reequilíbrio da BR-163/MT, relatado pelo ministro Bruno Dantas, tinha que ser estudado pela doutrina como modelo.
Cautelosos com mudanças de contratos, que segundo ele podem prejudicar investimentos futuros quando são reequilibrados, ele criticou o modelo de relicitação em vigor.
"A gente pode até achar que a relicitação é a melhor coisa do mundo. Mas a relicitação não funcionou e não está funcionando. A relicitação tem que ser revistada", disse Zymler.
Mudanças no ordenamento jurídico
Augusto Nardes afirmou ainda que é necessário que o Estado e o TCU evoluam para encontrar soluções mais rápidas para problemas nos contratos. O ministro substituto Weder Oliveira, que constatou que não está havendo solução para os projetos descumpridores de obrigações, sugeriu que o órgão faça um estudo sobre o tema.
Segundo ele, "a precisa compreender o que está acontecendo" para que o tribunal possa sugerir mudanças no ordenamento jurídico para solucionar esse tipo de problema.
Solução só foi permitida por ser pública
A aprovação do TAC que vai permitir que a MTPar, empresa pública do governo do Mato Grosso, assuma a concessão privada da BR-163/MT só foi possível porque a operação envolve um órgão público, explicou o relator do processo no TCU, ministro Bruno Dantas.
Os auditores da Secretaria Rodoviias, que analisaram a proposta encaminhada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), apontaram nove pontos que poderiam levar à necessidade de revisão da proposta.
Mas o ministro do TCU indicou que, apesar de tecnicamente estarem corretos, os riscos apontados pelos auditores não deveriam impedir o prosseguimento do processo por se tratar de um órgão público assumindo, sem intenção de "lucro". O artigo 26 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que trata de processos inovadores, foi citado para justificar a decisão.
Um dos pedidos do TAC é para que os processos administrativos na ANTT e no TCU contra a concessionária sejam suspensos durante o período da vigência do TAC. O ministro indicou que isso não poderá ser feito, mas que os ministros da corte vão ser "compreensivos" nas análises, durante o período do TAC.
Pagamento das dívidas
Pela proposta aprovada, a MTPar vai pagar todas as dívidas da concessionária, estimadas em R$ 900 milhões, a maior parte com bancos, e aportar outros R$ 1,2 bilhão para as obras, ao longo dos próximos anos. Os cerca de 350 quilômetros de duplicação e outras obras obrigatórias terão que ser feitos em oito anos (o prazo original era de cinco anos, mas no período só foram feitos 117 quilômetros).
Não haverá mudança nos patamares tarifários. O aditivo que será assinado ao contrato vai prever, no entanto, que ele poderá ser reequilibrado em favor da concessionária em caso de início da operação ferroviária na Ferrovia Norte-Sul.
O ministro Dantas alertou que a ANTT não tem metodologia para identificar se há desequilíbrio em contratos de rodovias com o início da operação de ferrovias na área de influência e recomendou que a agência crie um.
Obras em 2023
O governador Mauro Mendes afirmou que a ideia é que no primeiro semestre de 2023 as obras passam ser iniciadas nos pontos mais críticos da rodovia. Segundo ele, a empresa de economia mista tem flexibilidade para contratar e os projetos e licenciamento para as obras estão prontos.
Na avaliação dele, a solução pela lei de relicitação faria com que as obras só começassem em cinco anos. Segundo o CEO da CRO, Julio Perdigão, os próximos passos após a assinatura do TAC, que deve ocorrer na próxima semana, é a aprovação do plano por parte dos acionistas minoritários da Odebrecht Transport, o BNDESPar e o FI-FGTS, o que ele acredita que não deve ser um problema.
14 mortes em 96 horas
O governador do Mato Grosso, Mauro Mendes, foi até o Tribunal para acompanhar a sessão. Ele afirmou que está trabalhando há dez meses na solução para a rodovia, agradeceu à parceria do Ministério da Infraestrutura e da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e à confiança do TCU em permitir a solução.
Mendes disse que seria fácil adotar a postura de que os problemas com a concessão da rodovia eram de responsabilidade do governo federal, não fazer nada e ficar "atirando pedra". Mas, segundo ele, não era viável encontrar uma solução de mercado e, nesses casos, o Estado tem que atuar.
"Nas 96 horas anteriores a hoje, 14 pessoas morreram em acidentes na rodovia", contou o governador em seu pronunciamento. (28/09)

COLUNA CURTO-CIRCUITO: ABERTURA DO MERCADO; NOVA GESTÃO DA ELETROBRAS

da Agência INFRA
O 28 de setembro entrará para a história do mercado livre de energia elétrica por marcar a maior abertura da história do segmento. Depois de 23 anos da primeira migração, a Portaria 50/2022 abre a partir de janeiro de 2024 toda a alta tensão, tornando 106 mil unidades elegíveis de se tornarem consumidores livres. Hoje o mercado livre tem 11 mil consumidores livres em pouco mais de 27 mil unidades consumidoras e responde por cerca de 35% da carga.
Leia o artigo "Abertura do mercado livre pressiona por novos mecanismos infralegais e regras de segurança", do jornalista Roberto Rockmann, para a coluna Curto-Circuito, disponível nesta link. (28/09)
Nova gestão da Eletrobras
Leia o artigo "Nova gestão tem o desafio de posicionar Eletrobras no cenário energético que surge", do jornalista Roberto Rockmann, nesta link. (30/09)

RENOVAÇÃO DE DEPUTADOS FEDERAIS NESTA ELEIÇÃO É CONSIDERADA DE BAIXA PROBABILIDADE

da Agência INFRA
Três levantamentos produzidos por diferentes consultorias legislativas trazem um panorama sobre o que esperar das eleições para deputados federais. Em comum, os estudos mostram uma tendência de baixa renovação de cadeiras na Câmara dos Deputados com o retorno de nomes tradicionais que já compuseram a Casa e de candidatos à reeleição. A formação das bancadas também deverá se mostrar estável, sem grandes mudanças, é a expectativa.
O levantamento realizado pela Queiroz Assessoria, publicado no portal Congresso em Foco, reforça a tendência de menor taxa de renovação desde a redemocratização. Outro prognóstico divulgado nesta que-fa-feira (28) pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), e produzido pela Contatos Assessoria Política, mostra que a próxima formação da Câmara irá manter um perfil liberal e conservador. As projeções do Instituto Ideia, divulgadas no site do O Globo, corroboram as análises dos demais estudos.
Os estudos também trazem os nomes dos candidatos com maior chance de vitória e a previsão de quantos deputados cada partido conseguirá eleger. Na edição de 9 de agosto, o **INFRA Nas Eleições 2022** listou o nome dos principais candidatos ligados à infraestrutura que tentarão a reeleição e vai acompanhar, com um produto especial, como ficou a eleição no legislativo federal deseas nomes ligados ao setor.
Pacote Especial de Cobertura das Eleições
O Projeto INFRA Nas Eleições 2022 é uma parceria entre a Agência INFRA e o BAF (Brasília Alta Frequência), que acompanha os principais candidatos à Presidência da República.
Solicite uma proposta para conhecer os produtos especiais do INFRA Nas Eleições 2022 sobre o resultado das eleições no 1º Turno e o que acontecer de mais relevante no 2º Turno e na Transição dos governos. Entre em contato pelo e-mail nesgocios@agenciainfra.com.br.

DECRETO QUE REGULAMENTA O DT-E DEVE SER ENVIADO PARA A CASA CIVIL NAS PRÓXIMAS SEMANAS

Jenifer Ribeiro, da Agência INFRA
Estão sendo feitos os últimos ajustes no decreto de regulamentação do DT-e (Documento Eletrônico de Transporte) e ele deve ser encaminhado para a Casa Civil nas próximas semanas, segundo apurou a **Agência INFRA**.
O documento esteve pronto para ser enviado, mas após um pleito da CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos) para modificar um artigo específico da regulamentação o prazo foi prorrogado. Essa deve ser a única alteração no texto.
A Lei 14.206/2021, que criou o DT-e, completou um ano na última quarta-feira (28). Ela tem como objetivo reunir em um único documento dados, obrigações administrativas, informações sobre licença, registros, entre outras informações para os transportadores de carga. A reportagem completa está no site. (01/10)

ASSOCIAÇÕES EM GUERRA SOBRE RESTRIÇÃO À COMPETIÇÃO PARA A CONCESSÃO DO PORTO DE ITAJAÍ

Dimmi Amora, da Agência INFRA
Associações empresariais de Santa Catarina e a ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários), uma das maiores associações de empresas do setor portuário do país, estão em guerra por causa da proposta de concessão do Porto de Itajaí (SC).
A ABTP apresentou contestação a parte da proposta do governo para a concessão do porto catarinense, pedindo que sejam impostas maiores restrições à participação dos dois maiores armadores (donos de navios), Maersk e MSC, na concessão e também às suas empresas coligadas no setor portuário, TIL e APM Terminals. A reportagem completa está no site. (28/09)

COMPARTILHAR RISCO DE DEMANDA PODE SER TENDÊNCIA EM CONCESSÕES, MAS EXIGIRÁ CUIDADOS

Dimmi Amora, da Agência INFRA
A maior concorrência por empresas para participar de concessões rodoviárias ao redor do mundo, aliada a um maior grau de incerteza sobre o futuro e rodovias com volumes de tráfegos menores deverá fazer com que mais projetos se utilizem do mecanismo de compartilhamento de risco de demanda nos próximos anos.
E o que avalia o superintendente de Concessões da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Renan Brandão, que alerta para a necessidade de que o Estado esteja preparado para poder regular de maneira mais efetiva esses contratos, já que o compartilhamento aumenta o seu custo regulatório. A reportagem completa está no site. (27/09)

INFRADEBATE: RENOVAÇÃO ANTECIPADA DA FCA; INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

da Agência INFRA
"A prorrogação antecipada da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) faz sentido. Há ganhos importantes a serem obtidos e esperar só vai afair o benefício que pode ser obtido, sem mudar as condições objetivas da concessão. Mais de cinco anos de preparação e toda a experiência adquirida com as quatro concessões anteriores dão plenas condições para o Poder Concedente seguir em frente com a prorrogação antecipada da FCA"
Leia o artigo "Ferrovia Centro-Atlântica - É hora de avançar", de professor da FGV Direito Rio, Armando Castelar, disponível nesta link. (28/09)
Investimentos em infraestrutura rodoviária
Leia o artigo "Impactos econômicos do não investimento em infraestrutura rodoviária no Brasil", dos economistas Fabio Tiagao e Thiago Nascimento, disponível no portal da INFRA, nesta link. (26/09)

O Resumo Semanal concentra algumas das melhores reportagens produzidas pelos boletins de notícias diários da **Agência INFRA, enviados exclusivamente aos nossos assinantes.** Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens.
Caso queira assinar nosso Serviço de Notícias Diário, entre em contato.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou coloque o endereço infraestrutura@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.
Imagens:

Artes:

Equipe Agência INFRA
Editor-Chefe: Dimmi Amora
Editora de Energia: Leila Coimbra
Coordenador: Rodrigo Zuquim
Repórteres: Alexandre Leoratti, Jenifer Ribeiro e Luana Dongon
Colaboradores: Antônio Carlos Silva Gabriel Tabatchek
Redes sociais: Maju Correia
Comercial: Beatriz Souza
Administração: Paula de Lima
+55 (61) 3447-5841
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.